



Arrecadação tributária sobre propriedade no Brasil é menor que sobre o consumo

A tributação sobre a propriedade responde por 6% da arrecadação brasileira, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2012. Esse percentual é a metade do arrecadado em países como Estados Unidos (12%) e Reino Unido (12%); e 50% a menos que Argentina (9%) e França (9%).

Enquanto isso, a tributação sobre o consumo, que incide mais sobre os mais pobres, chega a 44% no Brasil, mais que o dobro da dos Estados Unidos (18%), e bem maior que a do Reino Unido (30%) ou da França (25%). A alta tributação do consumo também é vista em outros países latino-americanos como Argentina (52%) e México (54,5%).

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Cláudio Damasceno, a política tributária está fortemente concentrada na tributação sobre o consumo. Quase 58% de tudo que se arrecada no País hoje é resultado da tributação indireta, afirmou. “Os que ganham menos pagam mais impostos, e os que ganham mais pagam menos impostos. É uma contradição terrível. O princípio da capacidade contributiva no Brasil está às avessas.”

Impostos sobre propriedade

Entre os cinco impostos que incidem sobre a propriedade em vigor, a menor arrecadação é do Imposto Territorial Rural (ITR), único de responsabilidade federal. Só de Imposto sobre Patrimônio Territorial Urbano (IPTU), o município de São Paulo recebeu, em 2013, R\$ 5,45 bilhões, isso é mais do que seis vezes o valor da arrecadação do ITR em todo o País no mesmo período, R\$ 864 milhões, de acordo com o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

A baixa arrecadação do ITR, de acordo com especialistas, é resultado de dois fatores. O primeiro é a própria natureza do tributo, que não é arrecadatória, mas sim para ampliar o uso da terra, desde sua criação, em 1891. A outra dificuldade é a fiscalização. O imposto é federal e administrado pela Receita Federal.

Há um acordo para municípios que se comprometem a fazer a fiscalização, a cobrança e o lançamento do crédito tributário, 100% da arrecadação vai para o governo local. Nos demais casos, fica metade para o município e outra metade para a União. Ainda com a baixa arrecadação, a maioria dos oito projetos em tramitação na Câmara sobre o imposto quer garantir a isenção tributária para comunidades, como os quilombos, ou áreas com maior produtividade, por exemplo.

Iniciativas ambientais

Segundo o deputado Padre João (PT-MG), o imposto deveria ter alíquota ainda maior para grandes propriedades, além de beneficiar iniciativas de cunho ambiental, por exemplo. “Poderia ter uma arrecadação melhor, tendo, então, impacto positivo, e ter também um monitoramento melhor das propriedades brasileiras”, afirmou.

Na avaliação do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), mesmo sendo baixa a arrecadação, os recursos recebidos pelo governo com o ITR não são revertidos em

serviços. “Na questão individual do produtor, é um encargo, ainda mais se levar em conta que o Estado não retribuiu para o produtor no sentido de segurança, de infraestrutura, da própria sanidade.”

A lógica do ITR é que, quanto mais produtiva for a terra, menor será o imposto devido. Assim, uma propriedade com mais de 5 mil hectares, com mais de 80% sendo usados, o pagamento será de 0,45% sobre o valor da terra. O Brasil possui 5,7 milhões de imóveis rurais segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do INCRA.

IPTU

Já o IPTU tem função fiscal e social também. A principal finalidade é a obtenção de recursos financeiros para os municípios, embora ele também possa ser utilizado como instrumento urbanístico de controle do preço da terra. A Constituição utiliza a localização e o uso do imóvel para avaliar o valor do imposto municipal.

Apesar de ser um imposto municipal, há na Câmara pelo menos 11 propostas para alterar as regras da cobrança do IPTU. A maior parte deles busca isentar algumas áreas, como imóveis em favelas e loteamentos irregulares, ou grupos de pessoas, como os quilombolas. Outros projetos querem criar critérios ambientais para diminuir a cobrança, por exemplo, para quem reaproveitar as águas das chuvas (PEC 306/13). A maioria dos textos foi arquivada no final da legislatura, mas poderá ser reapresentada.

Terrenos

ociosos

Em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) trouxe a proposta de o IPTU ser cobrado progressivamente, ao longo do tempo, sobre terrenos ociosos, para coibir a especulação imobiliária. Apenas sete cidades no País, porém, buscam aplicar essa regra do estatuto, mais de uma década depois de sua existência, de acordo com Rosana Denaldi, professora da pós-graduação em Planejamento e Gestão de Territórios da Universidade Federal do ABC.

Para a professora Rosana, que fez um estudo sobre o IPTU progressivo para o planejamento urbano, como o que está sendo feito no município de São Paulo, deveria haver aumento da arrecadação de acordo com o imóvel e, também, a progressividade do imposto no tempo. “É correto aplicar o IPTU, aumentar o valor do IPTU sobre os grandes imóveis, nas áreas mais valorizadas. O IPTU progressivo no tempo é como se fosse uma sanção. Eu notifiquei seu terreno para você fazer alguma coisa com ele.”

Mais

de

um

imóvel

O deputado André Moura (PSC-SE), que coordenou em 2014 a Frente Parlamentar em defesa do Saneamento Ambiental e da Moradia para todos, acredita que deveria haver IPTU progressivo para quem possui mais de um imóvel. Dessa forma, o imposto atingiria “aqueles que têm uma quantidade maior de imóveis, que podem contribuir mais, de forma progressiva, do que aqueles que possuem apenas um imóvel, que é sua moradia”.

Já o deputado Ricardo Izar (PSD-SP) acredita que o aumento progressivo do IPTU poderia gerar desempregos no mercado imobiliário, por exemplo. “Não seria por aí, não seria pelo IPTU que você ia fazer a justiça social. O IPTU tem de ser o mais barato possível para todos, independente da quantidade de imóveis”, disse. Segundo ele, uma tributação maior sobre quem tem mais imóveis poderia desaquecer o mercado imobiliário.

IPVA

Outra proposta em tramitação na Câmara tenta alterar a Constituição (PEC 140/12) para permitir a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também para veículos como lanchas e helicópteros, normalmente usados pela parcela mais rica da população. O texto já teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas não foi analisado em comissão especial.

Atualmente, a Constituição permite apenas a cobrança do imposto para veículos terrestres e não é cobrado nenhum tributo sobre a propriedade de veículos aéreos e aquáticos. O Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou esse entendimento em 2007, porque o IPVA é o

sucessor de outro tributo, chamado de Taxa Rodoviária Única (TRU), focado apenas para veículos terrestres.

O Brasil possui mais de 27,5 mil aeronaves entre helicópteros, aviões particulares e de companhias aéreas, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Brasil tem, segundo a Marinha, uma frota de pouco mais de 70 mil embarcações com mais de 16 pés – cerca de 5 metros – o que inclui lanchas, veleiros e iates.

Fonte: Agência Câmara - 18/08/2015

Deputados devem votar reforma tributária em setembro, diz Cunha

Presidente da Câmara classificou o ajuste fiscal promovido pelo governo como "pífio"



Foto: José Cruz / Agência Brasil

Em palestra para empresários da região Centro Oeste nesta terça-feira, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), criticou o ajuste fiscal promovido pelo governo federal, classificando-o como "pífio". Cunha falou da discussão que corre na Câmara sobre reforma tributária. Ele se posicionou contra o aumento da carga tributária, solução, segundo o peemedebista, "longe de ser inteligente". Ao prometer colocar em votação o texto que sair da comissão que discute o tema na Casa entre setembro e outubro, concluindo-a até o final do ano, Eduardo Cunha parodiou uma declaração de Dilma Rousseff feita em julho deste ano, quando ela tentava explicar a meta estabelecida para o Pronatec. — Como diria..., primeiro a gente atinge a meta. Depois a gente dobra a meta. (risos) Vamos tentar atingir a meta e, depois, se possível, a gente dobra. Vamos chegar e atingir esse objetivo e, atingido esse objetivo, a gente espera poder tratar de coisas que tenham a ver com o Centro Oeste, ver o que é possível dentro do nosso país atingir — afirmou Cunha, sem mencionar o nome de Dilma, arrancando risos contidos da plateia. A frase utilizada por adversários para ironizar a presidente ganhou grande repercussão nas redes sociais: — Não vamos colocar meta. Vamos deixar a meta aberta, mas, quando atingirmos a meta, vamos dobrar a meta — disse Dilma sobre o Pronatec Aprendiz em 28 de julho.

Questionado por um dos empresários sobre o "clima político" para que a presidente Dilma conclua seu mandato, Cunha se esquivou. — Prefiro não entrar neste tipo de debate. Seria alimentar um tipo de debate que não cabe a mim. Prefiro não responder. O dia a dia vai acabar respondendo — afirmou.

Crise

Cunha disse que as crises política e econômica enfrentadas pelo Brasil são "irmãs siamesas", mas que a prioridade é debelar os entraves políticos.

— É preciso que a gente saiba enfrentar as duas separadamente, mas a prioridade é sempre resolver a crise política porque ela te proporciona as condições políticas para enfrentar a crise econômica. A crise política permite a imagem da segurança para aqueles que querem enfrentar a crise econômica — disse Cunha em palestra na terceira edição do evento "Visão Capital", promovido pelo "Jornal de Brasília". Cunha afirmou que o país vive uma "crise de confiança" e que o ajuste fiscal promovido pelo governo é "pífio".

— Muito do que a gente vive da crise econômica de hoje não (é) só por modelos equivocados que possam ter sido implantados no passado na administração da economia, mas é também pela perda da confiança que a sociedade tem no comando da economia — afirmou.

— Vivemos, mais que a crise econômica, a crise de confiança. O ajuste fiscal, em si, é pífio e ele não tem nem relevância numérica no problema da falta de superávit. Ele é muito mais simbólico, com o objetivo de mostrar que se tem controle sobre as contas públicas e, conseqüentemente, você gerar perante os investidores a segurança de que o dinheiro vai ser aplicado num país que vai dar certo — disse Cunha, acrescentando que "a confiança tem que ser restabelecida".

— Deixamos de ser a bola da vez aos olhos da comunidade internacional. Precisamos voltar a ser a bola da vez — disse o peemedebista.

Estadão Conteúdo - 18/08/2015

Com apoio do governo, Câmara aprova mudança na correção do FGTS



A proposta apresentada pelo relator da matéria, com apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aumenta o rendimento de forma escalonada

Com apoio de última hora do governo, a Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (18) a mudança na correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que subirá ano a ano até se igualar à da caderneta de poupança em 2019. A votação foi simbólica.

O texto segue agora para o Senado.

O governo era contra alterar as regras, mas decidiu fechar acordo para evitar uma nova derrota. Conseguiu garantir recursos para o Minha Casa, Minha Vida e a regra de aumento gradual do percentual de remuneração.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), recomendou aos deputados da base da presidente Dilma Rousseff que votassem a favor do texto apresentado pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), relator do projeto.

Disse, no entanto, que o governo irá analisar “com cuidado” se irá sancionar a proposta, caso ela seja aprovada também pelo Senado, pois ainda não calculou seu impacto sobre as contas do FGTS.

NOVAS REGRAS

A proposta apresentada pelo relator da matéria, com apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aumenta o rendimento de forma escalonada.

A correção atual é de 3% + TR ao ano. O rendimento anual, além da TR, sobe para 4% em 2016, 4,75% em 2017 e 5,5% em 2018.

A partir de 2019, será aplicada a regra da poupança: 6,17% ou 70% da taxa básica de juros (Selic), quando esta for igual ou menor a 8,5%, mais TR ao ano.

Os novos percentuais, no entanto, só se aplicam aos depósitos feitos a partir de 2016, que serão colocados em uma conta separada. O estoque acumulado até dezembro de 2015 continua com a correção atual.

Entre 2016 e 2018, os recursos para pagar a correção adicional sairão do lucro do FGTS, que foi de R\$ 17 bilhões, em média, entre 2005 e 2014. Se o valor não for suficiente, será utilizada parte do patrimônio acumulado nos últimos anos, que deve chegar a R\$ 90 bilhões no fim de 2015.

Quando o trabalhador for sacar parte do dinheiro, o débito será feito, em primeiro lugar, do saldo posterior a 2016. Depois, dos saldos acumulados até 2015. Essa é uma forma de reduzir o custo da medida.

HABITAÇÃO

Ficou definido ainda o uso fixo de 60% do lucro anual do FGTS para dar descontos aos mutuários das faixas 2 e 3 do programa Minha Casa Minha Vida. Entre 2009 a 2014, esses subsídios foram, em média, de R\$ 6,8 bilhões a cada ano.

Segundo o relator, caso fosse concedida a remuneração adicional de 3,17% sobre o saldo de 2014, haveria uma despesa de R\$ 10,5 bilhões, valor inferior ao lucro do FGTS descontados os repasses para o Minha Casa Minha Vida, que foi de R\$ 12,9 bilhões.

“Não procedem afirmações de que a concessão da remuneração da poupança às contas dos trabalhadores acarretará a necessidade de aumento dos custos dos financiamentos concedidos pelo FGTS ou reduções no atual patamar de direcionamento de recursos ao Minha Casa, Minha Vida ou no patrimônio do Fundo”, afirmou Maia.

Fonte: Folha de São Paulo - 19/08/2015

Comissão de Trabalho aprova isenção de IR para férias e 13º

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou, nesta quarta-feira (12), proposta que isenta da cobrança de Imposto de Renda (IR) a remuneração de férias

e de 13% salário. A proposta também isenta o abono de férias e a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa quando recebidos em decorrência de convenção ou acordo coletivo de trabalho. A isenção está prevista em substitutivo apresentado pelo deputado Benjamin Maranhão (SD-PB) ao Projeto de Lei 2708/07, do deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS). O substitutivo reúne os textos do projeto de Busato e de outros 14 que tramitam em conjunto. O texto aprovado altera a lei tributária 7.713/88 e a Lei Orgânica da Seguridade Social (8.212/91), que hoje preveem a incidência do IR sobre esses benefícios. Benjamin Maranhão argumentou que a proposta beneficiará os trabalhadores sem gerar gastos para os empregadores. "O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo; nada mais justo do que a aprovação das matérias que propõem a não-incidência do Imposto de Renda sobre direitos dos trabalhadores, reduzindo os prejuízos da classe", disse.

Decisões judiciais
O relator observou que as decisões atuais da Justiça são no sentido de que apenas as férias indenizadas estão isentas da cobrança do IR. "Temos súmulas que excluem da incidência do imposto as férias não gozadas por necessidade do serviço e as indenizações de férias proporcionais e o seu respectivo adicional", explicou.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.
ÍTEGRA DA PROPOSTA: PL-2708/2007

Fonte : Notícias Siscontábil 13/08/2015

Falta de transparência prejudica percepção sobre impostos no Brasil

Três quartos das empresas nacionais não mostram aos clientes os tributos que estão sendo cobrados, o que contribui para que um em cada quatro brasileiros não saiba que paga impostos. Especialistas consideram a situação extremamente preocupante. O Brasil tem mais de 10 milhões de empresas e apenas 25% delas indicam, na nota fiscal, os impostos que estão sendo pagos. Os dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), mostram o não cumprimento da Lei 12.741. Em vigor desde o começo do ano, a norma institui que os estabelecimentos comerciais devem informar o quanto o cliente está gastando com taxas ao fazer a compra de produtos. Segundo Caio Arruda, tributarista do IBPT, empreendimentos de pequeno e médio porte têm mais dificuldade para se adaptar à nova norma. "São mercadinhos, padarias pequenas, negócios de tamanho menor, que têm dificuldades ou não sabem que a lei existe. As empresas grandes, com mais estrutura e conhecimento, já se adaptaram à nova lei".

O tributarista ressalta que a ação do Procon pode acelerar a disseminação da lei. "Em São Paulo, por exemplo, onde há maior atuação do órgão de defesa do consumidor, as empresas estão se adaptando mais rápido." De acordo com a pesquisa, a Região Sudeste tem o maior índice de adesão (27,4%), enquanto os piores resultados estão no Nordeste (23,9%) e no Sul (22,7%). A relação entre a falta de transparência das empresas e o desconhecimento dos tributos pelos brasileiros também foi destacada por Arruda. "Quando as empresas passarem a disponibilizar essa informação, mais pessoas terão o conhecimento dos impostos que pagam. É um trabalho educativo, com o intuito de ajudar a sociedade." O tributarista disse que é "extremamente preocupante" que brasileiros não saibam "para onde vai seu dinheiro".

População

Pesquisa realizada pela FecomercioRJ revelou que um quarto da população do Brasil desconhece fazer pagamento de tributos. Foram entrevistadas 1200 pessoas de 72 municípios do País. Em levantamento anterior, realizado no ano passado, o mesmo resultado foi obtido: 25% dos selecionados responderam "não" ao serem perguntados se pagam algum imposto.

Gerente de economia da FecomercioRJ, Cristian Travassos fala sobre o perfil dos entrevistados que disseram não pagar impostos. "Há indícios de que essas pessoas se encontram no interior dos estados e fazem parte de uma camada social mais baixa." O economista afirma que o desconhecimento está relacionado, em grande parte, às taxas indiretas: "Há um histórico de associar imposto a tributo que incide diretamente, como imposto de renda, IPTU e IPVA. É preciso educar as pessoas sobre as taxas indiretas, que estão ali no momento em que você paga o ônibus". Segundo a pesquisa, os tributos municipais foram os mais lembrados, já que 69% dos entrevistados mencionaram o pagamento do IPTU e de taxas referentes a iluminação e lixo. Pouco mais que a metade, 54% dos entrevistados, citou os impostos indiretos sobre produtos e serviços. Tributos estaduais, como o IPVA, foram indicados por 39%; imposto de renda e outras taxas federais foram lembrados por apenas 17% dos entrevistados. Sobre o significado da pesquisa no cenário econômico atual, Travassos é enfático: "o principal debate político em curso é sobre a responsabilidade fiscal. A partir do momento em que um em cada quatro brasileiros tem dificuldade para enxergar os impostos pagos, você passa a ter uma parcela grande da população afastada de uma discussão de grande importância", afirma. *Notícia publicada quinta-feira, 13 de agosto, 2015*

Fonte: Notícias Siscontábil 13/08/2015

Comissão da Reforma Tributária discutirá fusão de impostos

A comissão especial que analisa a Reforma Tributária se reúne nesta tarde para discutir as alterações constitucionais para a fusão de impostos sobre o consumo e sobre a renda. Foram convidados para participar da audiência o ex-deputado federal e empresário da construção civil Luiz Roberto Andrade Ponte; e o presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário, Eduardo Maneira. O autor do requerimento para a realização da audiência pública, deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), afirmou que o primeiro passo da comissão é fazer o diagnóstico da situação tributária do País. Ele destacou que o sistema tributário brasileiro é complicado e oneroso, e que uma reforma é esperada desde a Constituição. Haully defende uma reforma simples, mas que alcance seus objetivos. "Nós podemos estabelecer uma reforma mais simples, não fazer uma complexidade como das outras vezes, que não levou a lugar nenhum. Devemos dar comandos constitucionais com um prazo de um, dois ou três anos para regulamentar essa nova ordem. Se nós dermos tivermos um convencimento da comissão especial e da Casa, com certeza faremos uma revolução tributária no Brasil." O deputado ressaltou que os convidados têm grande experiência sobre o tema e, "certamente, contribuirão para um debate que nos permita propor um novo sistema tributário justo com inclusão social". A comissão especial para discutir a reforma tributária foi instalada no início de agosto. Uma das propostas sobre o tema prevê a unificação de impostos como ICMS, IPI, ISS e Cofins, criando um imposto único para estados e municípios. A reunião será realizada às 14 horas, no plenário 16.

Bahia realizará sua XII Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia

Vitória da Conquista é a cidade escolhida para sediar a XII Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia, no período de 26 a 28 de agosto de 2015.

Durante o evento ocorrerão também o Encontro Estadual dos Coordenadores e Professores de Contabilidade, XIV Fórum da Mulher Contabilista e Encontro de Jovens Lideranças Contábeis.

Mais informações podem ser obtidas junto ao Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia no www.sindiconta-ba.org.br.

Desfrute do friozinho da terra do café, durante o Festival de Inverno!

XII CCB
Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia

Contabilidade: Ciência Geradora da Saúde Empresarial e Governamental

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
26 A 28 DE AGOSTO DE 2015**

**Marketing Pessoal e Profissional;
Discutindo a área Pública;
SPED - Contábil x Fiscal x eSocial;
Gestão das Organizações Contábeis;
Normas Contábeis do 3º Setor;
Simples Nacional;
Avanços da Contabilidade Brasileira;
Retenção de Talentos;
e muito mais!**

Encontro Estadual dos Coordenadores e Professores de Contabilidade

XIV Fórum da Mulher Contabilista

Encontro de Jovens Lideranças Contábeis

Submissão de trabalhos até 31/5/2015

**Premiação para os 3 primeiros colocados
R\$5.000 - R\$3.000 - R\$2.000**

**Cristo Crucificado da Serra do Peripiri, Vitória da Conquista - BA.*

Inscreva-se já em www.convencaocrba.org.br
ESTUDANTE R\$95 - PROFISSIONAL R\$195 - OUTRAS CATEGORIAS R\$215 - ACOMPANHANTE R\$95

*VALORES ATÉ 30/5

Realização

Apoio

57ª Convenção de contabilidade do Estado do Rio de Janeiro , JÁ ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES



As inscrições para a 57ª Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que será realizada de 22 a 24 de outubro de 2015, já estão abertas e a programação preliminar veja aqui.

Inscrições

PERIODO	PROFISSIONAL	ESTUDANTE	ACOMPANHANTE	OUTROS
01/08 a 30/09/2015	R\$ 480,00	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 520,00

Inscrição como estudante:

- Apenas estudantes de graduação
- Faz-se necessária apresentação de comprovante de matrícula no credenciamento do evento dentro do prazo de validade
 - No valor da inscrição não está incluso a Hospedagem
 - A inscrição inclui: • Acesso às palestras, à exposição e a todos os eventos da Convenção; • Material do participante; • Coffee breaks; • Coquetel de Abertura; • Acompanhantes têm acesso apenas à área de exposição e ao Coquetel de Abertura
 - A inscrição só estará confirmada após o pagamento do boleto e poderá ser paga em até 3 vezes.
 - Todos os participantes deverão usar crachá em todos os eventos.

Programa Preliminar

22 OUTUBRO – QUINTA-FEIRA

- 14h – Abertura do Fórum da Mulher Contabilista
14h15 – As diversas responsabilidades de ser Presidente
Talk show com presidentas dos CRCs
15h30 – Superação e Resultados Sensacionais
Palestrante: Adriana Albuquerque
16h30 – Encerramento do Fórum da Mulher
17h – Abertura Solene da 57ª Concerj
17h30 – Realização da Milésima Plenária do CRCRJ
18h30 – Palestra Magna: Contabilidade e Democracia
20h – Coquetel de Abertura

23 DE OUTUBRO – SEXTA-FEIRA

- 15h – Palestra Simultânea – Segurança da Informação 9h30 – Abertura do Seminário de Contabilidade na Área Pública
10h – Palestra Plenária: A importância da contabilidade como instrumento de transparência na gestão pública
12h – Encerramento do Seminário de Contabilidade na Área Pública

Início da 57ª Concerj

- 14h – Palestra Plenária: Esclarecimentos sobre o COAF
14h – Palestra Simultânea – Área Pública – Observatório Social
15h – Palestra Plenária – Educação Financeira
Palestrante: **Luis Carlos Ewald – Sr. Dinheiro** (do Programa Fantástico da Rede Globo)
com baixo custo
Palestrante: **Paulo Pagliusi** – Ph.D in Information Security, CISM
16h15 – Apresentação da peça de teatro Ensino em cena – Orçamento Familiar
17h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios
17h30 – Palestra Plenária – Dialogando com o Fisco
17h30 – 18h30 – Palestra Simultânea 3 – A Perícia Judicial e o novo CPC
Palestrante: **Desembargador João Zivaldo Maia**
18h30 – Palestra Plenária – Transparência X Corrupção – Uma Visão Integral da Sociedade Civil
Palestrante: **Jesús Lizcano** – Presidente do Instituto Internacional de Transparência
19h30 – Palestra Plenária: Muito além dos números: os desafios para a Contabilidade (2015-2030)
Palestrante: **Dr. Edgard Bruno Cornacchione Junior** – Professor da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da USP
20h30 – Encerramento

24 DE OUTUBRO – SÁBADO

9h – Palestra Plenária – Grande Painel Sobre Sped Fiscal e Contábil e E- social

Palestrantes: **Marcio Tonelli** – Especialista em SPED

Luiz Tutomu – Especialista em EFD ICMS/IPI

José Nilton Loureiro – Gerente da Filial do Fundo de Garantia Rio de Janeiro da Caixa

9h30 – Palestra Simultânea: Programa de Educação Continuada para Contadores e

Auditores Preparadores das demonstrações Contábeis das S/A

11h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios

11h30 – Palestra de Encerramento: Violência contra o cidadão

Palestrante: **Deputada Estadual Martha Rocha**

12h30 – Encerramento Solene da 57ª Concerj

Maiores Informações e Inscrições: site www.57concerj.com.br

e-mail :concerj57@crerj.org.br

Fonte: Informativo CRC/RJ

Filiada a:

